

SIMPÓSIO AT005

LETRAMENTOS NO ENSINO MÉDIO E OS GÊNEROS TEXTUAIS JURÍDICOS: UMA PROPOSTA DE PROJETO DE TRABALHO

TUSSI, Matheus Gazzola
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)
gtmatheus@yahoo.com.br

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo propor um projeto de trabalho de gêneros textuais jurídicos no ensino médio, tendo como fundamentação teórica os estudos dos gêneros textuais (Bakhtin, 2006; Marcuschi, 2007; 2008) e os Novos Estudos do Letramento (Street, 2014; Kleiman, 2007). A metodologia a ser utilizada é a dos projetos de trabalho (Hernández, 1998), que possibilitam o engajamento dos estudantes em práticas significativas em uma visão interdisciplinar. Perspectivas contemporâneas de estudos linguísticos consideram o letramento como prática social, cujas características variam conforme o âmbito discursivo, intermediada por contextos diferentes de identidade e poder. A partir disso, o ensino ultrapassa a visão dicotômica entre letrados e iletrados para uma visão que reconhece uma multiplicidade de letramentos. Para dar conta desses multiletramentos, nos currículos escolares aparece uma gama de gêneros textuais considerados relevantes para a educação básica. Entendemos que um âmbito discursivo deixado de lado nessa seleção é o do Direito. Porém, nele encontramos um espaço necessário de construção da cidadania pelo entendimento institucional e legal que propicia ao aluno e que lhe serve de base para sua movimentação social após a escola. Os resultados parciais indicam que há uma lacuna no currículo escolar de efeitos diretos na compreensão e atuação do sujeito no mundo após a escola.

Palavras-chave: letramentos; gêneros textuais; projetos de trabalho; ensino médio; direito.

Abstract: The present research aims to propose a project of work of legal textual genres in high school, having as theoretical foundation the studies of the textual genres (Bakhtin, 2006; Marcuschi, 2007; 2008) and the New Studies of Literacy (Street, 2014; Kleiman, 2007). The methodology to be used is that of the work projects (Hernández, 1998), which allow students to engage in meaningful practices in an interdisciplinary view. Contemporary perspectives of linguistic studies consider literacy as a social practice, whose characteristics vary according to the discursive scope, intermediated by different contexts of identity and power. From this, teaching goes beyond the dichotomous view of the literate and illiterate to a vision that recognizes a multiplicity of literacies. In order to account for these multiliteracies, a range of textual genres considered relevant to basic education appears in school curriculum. We understand

that a discursive scope left aside in this selection is that of the Law. However, in it we find a necessary space for the construction of citizenship through the institutional and legal understanding provided to the student and which serves as the basis for his social movement after school. Partial results indicate that there is a gap in the school curriculum with direct effects on the subject's understanding and performance in the post-school world.

Keywords: literacies; textual genres; work projects; high school; law.

Introdução

Historicamente, há uma percepção social de que as aulas de língua portuguesa se reduzem ao ensino de algumas regras que fazem a “boa” escrita. Desse modo, a partir do ensino de tais regras, a escola levaria o aluno a ser “letrado”. A partir do aparecimento da noção de “gênero textual/discursivo”¹, especialmente incluído nos currículos depois dos Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1997, o cenário mudou muito. No entanto, percebemos que a ideia de “letrado”, agora, se refere aos alunos que fazem bem ou mal a chamada “redação escolar”, especialmente no ensino médio. Desse modo, os estudantes são separados em dois grupos: os que sabem fazer a redação (portanto, letrados) e os que não sabem (portanto, iletrados).

Neste trabalho, defendemos que na escola há múltiplos letramentos possíveis a partir de gêneros diversos e dentro de campos de atuação social específicos. Nesses termos, observamos que há alguns gêneros que têm sido privilegiados na escola e outros, esquecidos, como os que levam o sujeito a entender o aparato legal e institucional do seu país e do mundo. Por isso, a pesquisa em andamento pretende propor um projeto de trabalho de gêneros textuais jurídicos para o ensino médio, fazendo parte, assim, de um verdadeiro letramento jurídico na educação básica.

¹ Neste texto não faremos distinção entre gêneros textuais e gêneros discursivos. Marcuschi (2008) defende que essas expressões podem ser usadas intercambiavelmente, salvo quando se pretende identificar algum fenômeno específico.

1 Letramentos e gêneros textuais na escola

A língua e o seu ensino são processos tratados por diferentes autores em diferentes épocas e com diferentes enfoques. Antunes (2003, p. 41) identifica duas “tendências” que “têm marcado a percepção dos fatos da linguagem”: a primeira, “centrada na língua enquanto sistema em potencial, enquanto conjunto abstrato de signos e de regras, desvinculado de suas condições de realização”. A segunda tendência pensa a língua “enquanto atuação social, enquanto atividade e interação verbal de dois ou mais interlocutores e, assim, enquanto sistema-em-função, vinculado, portanto, às circunstâncias concretas e diversificadas de sua atualização”.

Bakhtin (2006) já observava que a realidade fundamental da língua é a **interação verbal**. Para Antunes (2003, p. 41-42), do pressuposto interacional deriva “o princípio geral de que a língua só se atualiza a serviço da comunicação intersubjetiva, em situações de atuação social e através de práticas discursivas, materializadas em textos orais e escritos”. Já para Marcuschi (2008, p. 22-23, grifos no original), “todo o uso e funcionamento significativo da linguagem se dá em *textos e discursos* produzidos e recebidos em situações enunciativas ligadas a domínios discursivos da vida cotidiana e realizados em gêneros que circulam na sociedade”. Sua ideia nuclear é a de que “*não existe um uso significativo da língua fora das inter-relações pessoais e sociais situadas*”.

Abandonar uma concepção reducionista da língua e de seu ensino e admitir uma visão interacional implica ter em vista as relações históricas, sociais e de poder imbricadas na língua em uso. Nesse quadro, é fundamental o conceito de **letramento**, já bastante utilizado nos campos da educação e das ciências linguísticas. Uma visão abrangente desse tema é trazida por uma corrente que se denominou de **Novos Estudos do Letramento**, cujas pesquisas buscaram identificar não o que as pessoas “sabem” sobre os textos escritos, mas sim o que elas “fazem” com o letramento e como os textos estão integrados nas suas vidas (DIONÍSIO, 2007). Com isso, passamos a falar em letramentos como **práticas sociais situadas**, ou seja, dependentes dos

contextos sociais, jamais neutras e uniformes. De acordo com Kleiman (2007, p. 4), para os estudos do letramento a leitura e a escrita são “práticas discursivas, com múltiplas funções e inseparáveis dos contextos em que se desenvolvem”. Street (2014), por sua vez, reconhece a existência de **multiletramentos**, relacionados a contextos culturais específicos e associados a relações de poder e ideologia.

De qualquer modo, as práticas sociais – e, portanto, os letramentos – não ocorrem na sociedade de maneira desorganizada, mas sim em esferas, em campos, em âmbitos de atividade que têm suas particularidades, suas regras, seus valores. Em tais campos nos deparamos com certas estruturas linguísticas que possibilitam as diferentes maneiras de falar, de escrever e de se comunicar: os **gêneros textuais ou discursivos**.

Para Marcuschi (2007, p. 25, grifamos), “gêneros são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em **textos situados** em comunidades de **práticas sociais** e em **domínios discursivos específicos**”. Considerando a língua como atividade social, histórica e cognitiva, o pressuposto é o de que “a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual”. Nesse sentido, não se privilegiam os aspectos formais e estruturais da língua, mas sim sua natureza funcional e interativa (MARCUSCHI, 2007, p. 22).

Temos em Schneuwly e Dolz (2004, p. 64-65) a possibilidade de perceber os gêneros textuais sob dois pontos de vista essenciais: o uso e a aprendizagem. Nas situações de comunicação, os gêneros são um instrumento que dá suporte para a atividade de linguagem (os autores chamam de “megainstrumento”). Já na aprendizagem, eles se tornam uma referência para os aprendizes. Na escola, portanto, há uma realidade complexa, na qual ocorre o que os autores chamam de “**desdobramento**”, em que o “gênero não é mais instrumento de comunicação somente, mas é, ao mesmo tempo, objeto de ensino-aprendizagem” (SCHNEUWLY; DOLZ, 2004, p. 65).

Os gêneros ocorrem em grandes áreas de atividade social que têm sido denominadas de campos ou esferas.² A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) utiliza a nomenclatura **campos de atuação social**, que são cinco no caso do ensino médio: campo da vida pessoal; campo artístico-literário; campo das práticas de estudo e pesquisa; campo jornalístico-midiático; e campo de atuação na vida pública, que “contempla os discursos/textos normativos, legais e jurídicos que regulam a convivência em sociedade” (BNCC, 2018, p. 480).

Desse modo, considerando as perspectivas teóricas expostas, temos uma relação direta entre letramentos e gêneros discursivos ou textuais. Tais conceitos estão relacionados nos campos de atuação, *locus* em que as práticas sociais geram e desenvolvem essas formas relativamente estáveis de enunciados. Portanto, serão necessários múltiplos letramentos para dar conta das dinâmicas presentes em cada campo de circulação dos discursos. Ainda, se pensarmos no sujeito que transita por diversos campos, dadas as suas variadas identidades na sociedade contemporânea, mais complexos e múltiplos serão os letramentos. Esses são desafios para o ensino.

2 Os gêneros textuais jurídicos na educação básica

Não é da tradição escolar brasileira destacar os gêneros textuais jurídicos na educação básica. Alguns estudos se debruçaram em pesquisar os principais livros didáticos e não referiram a presença de tais gêneros.³ Porém, a partir da construção do campo de atuação na vida pública, a BNCC indica claramente que eles deverão aparecer. Não bastasse isso, acreditamos ser de suma importância o estudo desses gêneros com vistas à construção da cidadania.

² Rojo e Barbosa (2015, p. 59) defendem a noção de **esfera/campo de comunicação verbal**, dialogando especialmente com Max Weber e Pierre Bourdieu. Marcuschi (2008, p. 194) dispõe os gêneros em **domínios discursivos**, entendendo-os como esferas da vida social ou institucional nas quais “se dão práticas que organizam formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão”.

³ Como Silva, Silva e Silva (2013) e Espíndula (2009).

No momento, pensamos que o projeto⁴ a ser desenvolvido se concentrará no estudo do gênero textual “legislação”, tendo como foco a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, no âmbito interno, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no plano internacional. A etapa escolar escolhida é o ensino médio, pela maior maturidade dos estudantes para o estudo de tais temas.

Diante do que foi exposto acima, alguns critérios norteiam nossa proposta: a língua como **interação**; o conceito de **gênero textual/discursivo** como construtor do **campo de atuação social**; a ideia de que na escola há diversos **letramentos** possíveis; a construção de um **letramento jurídico** como prática social que não considera apenas o entendimento do texto legal como suficiente, mas sim de todo o aparato jurídico e das relações de poder e identidade que circundam esse texto e lhe conferem sentido na sociedade; a **interdisciplinaridade**, a construção de situações-problema e metodologias ativas de aprendizagem; e o atendimento à proposta da **BNCC**.

Entendemos que um projeto de trabalho que atenderia a tais critérios, considerando a ainda incipiência da presente pesquisa, deveria ser desenvolvido com atividades de compreensão e interpretação dos textos legais selecionados, com destaque para: aspectos linguísticos que constituem a forma desses gêneros e que estabelecem relações de sentido; a construção do gênero a partir capítulos, artigos, incisos e alíneas; a percepção da formalidade da linguagem e do uso histórico da linguagem bacharelesca como princípio de manutenção de uma elite letrada e de afastamento da população em geral; as diferentes interpretações possíveis do texto legal e a utilização dessas possibilidades por diferentes sujeitos no plano judicial (advogados, promotores, juízes); como as lacunas e as diferentes interpretações fazem com que a linguagem se torne meio de tentativas de burlar ou se beneficiar da própria lei.

⁴ Trabalhamos provisoriamente com o conceito de “projeto de trabalho”, do espanhol Fernando Hernández. Os projetos são práticas educativas que tiveram destaque no início do século a partir das ideias de John Dewey, levadas à sala de aula por Kilpatrick, em 1919. “De maneira especial, aquela em que afirma que ‘o pensamento tem sua origem numa situação problemática’ que se deve resolver mediante uma série de atos voluntários” (HERNÁNDEZ, 1998, p. 66-67).

Além disso, é de suma importância o projeto ser construído a partir de um espaço interdisciplinar entre língua portuguesa e ciências humanas, em especial a história, a filosofia e a sociologia. Assim, é preciso incluir uma ampla discussão sobre o contexto mais geral da construção do gênero, com temas como: a estrutura jurídica brasileira; a hierarquia das leis no Brasil; os sujeitos e entes responsáveis pela proposição de leis; o caminho entre a proposta e a promulgação de leis; a internalização das normas internacionais; as lacunas da legislação e como elas podem ser preenchidas; a discussão em torno da constitucionalidade das leis; a efetividade das leis e o impacto da sua não efetividade.

Opcionalmente, pode fazer parte do projeto a produção de um texto legal que crie regras para a turma, em uma ideia de “desdobramento” do gênero, como propõem Schneuwly e Dolz (2004). Nesse caso, o projeto estenderia a compreensão e a interpretação para a produção textual.

Conclusão

Conforme o exposto, a pesquisa em andamento pretende construir um projeto de trabalho com vistas ao letramento jurídico no ensino médio, entendendo sua importância para a construção da cidadania e a necessidade colocada pelo surgimento do campo de atuação na vida pública na BNCC. Ainda estamos nos primeiros traços, mas esperamos contribuir com uma metodologia aplicável na escola e que seja um recurso importante para o fazer pedagógico dos professores de ensino médio.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 maio 2019.

DIONÍSIO, Maria de Lourdes. Educação e os estudos atuais sobre letramento. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, 209-224, jan./jun. 2007.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ESPÍNDULA, Danielly Vieira Inô. Gêneros textuais/discursivos em livros didáticos do ensino médio: critérios de categorização e agrupamento. **Revista Recorte**, v. 6, n. 1, 2009. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/recorte/article/view/2043>. Acesso em: 29 nov. 2018.

KLEIMAN, A. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. **Signo**, v. 32, n. 53, p. 1-25, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & ensino**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 19-36.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

ROJO, Roxane; BARBOSA, Jacqueline. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim (Orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 61-78.

SILVA, Tatiane Xavier da; SILVA, Joseane Campêlo; SILVA, Ernoilde Alves. A recorrência e o uso dos gêneros textuais no livro didático de Língua Portuguesa. **Entrepalavras**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 256-273, nov. 2013. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/241>. Acesso em: 27 nov. 2018.

STREET, Brian. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.